

Procuram-se mulheres:

De pele clara, cabelos lisos... preferencialmente!¹

Aryclennys Silva Sousa²

Lethícia Alves Faria da Silva³

Simone Antoniaci Tuzzo⁴

Claudomilson Braga Fernandes⁵

Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO

Resumo

Na semana do Dia Internacional da Mulher, muitas pessoas comemoram a data com flores e presentes; mas as operárias carbonizadas em Nova York no dia 08 de Março de 1957 certamente não se orgulhariam disso, pois o dia tão significativo marcou a luta para tentar erradicar a desvalorização contra este gênero. Há um grupo em especial para o qual a data é ainda mais expressiva, ou seja, das mulheres negras brasileiras. Mulheres que sofrem duplamente com preconceitos por serem mulheres e por serem negras. É a partir dessas inquietações que iniciamos nossa investigação acerca da representação social da mulher negra na mídia impressa em Goiás e seus efeitos na cidadania deste grupo. Não pretendemos adotar protagonismo na pesquisa. Através da assimilação e do respeito às diferenças, queremos contribuir com esta discussão que envolve a igualdade de direitos e de oportunidades na sociedade.

Palavras chaves: Mulher Negra; Representações Sociais; Mídia Impressa; Branqueamento; Cidadania.

Introdução

O propósito central deste artigo é investigar a representação social da mulher negra na mídia impressa goiana. Outros objetivos se aliam à este intento principal, por entendermos a necessidade de compreensão dos múltiplos aspectos que delimitam a

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Aryclennys Silva Sousa é Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás PPGCOM - UFG - Brasil. Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pesquisador do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia. E-mail: aryclennys@gmail.com

³Lethícia Alves Faria da Silva é Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás – PPGCOM - UFG - Brasil. Graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pesquisadora do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia. E-mail: lethicialvesfaria@gmail.com

⁴Simone Antoniaci Tuzzo é Professora Efetiva do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás – PPGCOM – UFG - Brasil. Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ. Coordenadora do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia. E-mail: simonetuzzo@hotmail

⁵Claudomilson Fernandes Braga é Professor Efetivo do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás – UFG. Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Estágio Pós-doutoral em Psicologia Social pela UERJ. Pesquisador do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia. E-mail: milsonprof@gmail.com

historicidade, territorialidade e corporeidade deste grupo, sobretudo, no que diz respeito à resistência ou a maneira de conquistar a cidadania, a fim de destacar a condição particular e específica dessas mulheres no presente.

Destarte, este artigo configura-se como o primeiro de uma série de estudos que pretendemos empreender na tentativa de assimilar as disparidades contidas nas relações de poder que permeiam as estratificações sociais brasileiras, principalmente em relação às mulheres negras, buscando potencializar o debate acadêmico acerca do tema e manifestar oposição sistemática aos diversos tipos de preconceitos que atingem este grupo.

Entendemos que escrever sobre a mulher negra é um exercício de interagir com sua voz, sem jamais tentar sobrepô-la ou substituí-la. Tendo em vista que muitas análises versam sobre o duplo preconceito de gênero e raça a partir da ótica da vítima – as mulheres negras -; queremos reconhecer o nosso lugar de fala a fim de preservar e valorizar a fala deste grupo, o seu lugar social e subjetivo.

1 – Teoria das Representações Sociais

Para investigar como a mulher negra é representada socialmente, adotamos a Teoria das Representações Sociais, conceito elaborado por Serge Moscovici cuja obra fundante *La Psychanalyse, son image e son public* publicada em 1961 em francês e em inglês, e lançada em português no ano de 2015 com o título *A Psicanálise, suas imagens e seus públicos*, situa no campo da Psicologia Social esta ideia que considera as relações sociais estabelecidas no cotidiano como resultantes de representações sociais, as quais são facilmente apreendidas e assumem um caráter mediador e regulador dos vínculos humanos, mas sobretudo, sociais.

Jodelet (2001) conceitua representações sociais como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001, p.22). Para assim serem classificadas, segundo Guareschi (2000), as representações sociais precisam passar pela sociedade e existirem dentro de um grau de generalização, pois configuram-se como realidades sociais e culturais, e não apenas produções simbólicas de alguns indivíduos, visto que expressam a identidade e as condições sociais dos sujeitos que as reproduzem e as transformam. Isso demonstra que os sistemas de representações

regem o nosso cotidiano e relações com o mundo, definindo, por exemplo, as identidades pessoais e sociais, transformações e até expressões de grupos.

Ao desenvolver a Teoria das Representações, Moscovici (1978) define que a construção de representações estão alocadas em um constructo que o autor denomina de processos, ou seja, são os processos que engendram, elaboram e definem as representações, as quais o autor chama de objetivação e ancoragem. A objetivação é “a passagem de conceitos e ideias para esquemas e imagens concretas, pelas generalidades de seu emprego, que se convertem em supostos complexos reais” (MOSCOVICI, 1978, p. 289). Já a ancoragem é concebida por Moscovici (1978) como uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-a a valores e práticas sociais.

Jodelet (2001) destaca que representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativados e em ação na vida social, organizados sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. Isto quer dizer que a representação social por ser considerado um fenômeno psíquico, que está no consciente das pessoas e que se manifesta na vida social, concede ênfase à complexidade de fatores envolvidos na representação, capazes de influenciar na construção/desconstrução da imagem de um grupo. No caso do grupo social formado pelas mulheres negras não é diferente. É um processo que está em intensa transformação em todas as instâncias da vida social.

2 – A construção de representações sociais pelo Jornal Impresso

De acordo com os estudos de Moscovici (1978), a Psicologia Social deve se preocupar centralmente em analisar tudo aquilo que se refere à ideologia e à comunicação, sobretudo, pela perspectiva de estrutura e função. Dessa forma, a investigação da representação social da mulher negra em um veículo de mídia impressa pode ser sustentada por diversos fatores, entre os quais, a credibilidade que o jornal impresso possui diante de outras mídias.

Somente este já seria um ponto absolutamente significativo, mas podemos avançar e ao nos basearmos nos estudos realizados por Tuzzo (2016), torna-se possível elencar diversas outras razões pelas quais os leitores de jornal impresso continuam fiéis a esta mídia a partir de sua teoria denominada "impacto físico-sensorial" (2016, p. 35). Tuzzo (2016) elucida que o jornal impresso, dentro da teia que interliga os meios de comunicação de massa, constitui-se enquanto fonte de informações para a sociedade e para a própria mídia, sendo que, para esta última instância, o jornal adquire um

posicionamento ainda mais central, por possibilitar o embasamento noticioso à emissoras radiofônicas, televisivas e à própria web.

[...] o jornal impresso constitui fonte de informação decisiva para alimentar diariamente outras mídias como rádio, televisão e internet, por exemplo. Verificamos que nos programas de rádio, o conteúdo veiculado no impresso permite que as notícias sejam ampliadas nas vozes dos locutores para as camadas que não sabem ler, não podem comprar jornal impresso ou que não cultivam a prática da leitura; na televisão os telejornais matutinos atribuem muita ênfase às primeiras páginas do jornal impresso; na internet também podemos encontrar as principais matérias destacadas nos jornais impressos todos os dias. (TUZZO, 2016, p. 64).

Essas conceituações também abrem caminhos para uma reflexão sobre a importância da capa do jornal impresso, que neste trabalho, constitui o *corpus* de pesquisa. Diferenciando-se do conteúdo interno, a primeira página pode ser considerada como o espaço mais nobre de um jornal. Tuzzo e Bernardes (2015, p. 10) afirmam que "A primeira página estampa as principais matérias inseridas no interior ou ainda as mais expressivas para garantir que o leitor cederá ao seu impulso de consumo para adquiri-la. [...] A primeira página possui um poder simbólico".

Por fim, as premissas apresentadas mostram que a legitimação de conceitos, valores e ações na sociedade em consonância com a transmissão de notícias, concede ao jornal impresso um papel decisivo na construção de representações sociais.

3 - Cidadania e Subcidadania

A desigualdade entre homens, mulheres brancas e negras são permeadas por relações de poder. Segundo Bourdieu (1989) o poder simbólico está presente em todas as instâncias da vida social, capaz de formar consensos do mundo social, contribuindo para a ordem da vida em sociedade. Na obra "*A dominação masculina*", o autor procura explicar as causas da persistência da dominação dos homens sobre as mulheres:

A ordem funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas à cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos, é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida como momentos de

ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Neste ínterim, é possível perceber a relação de poder intrinsecamente ligada à concessão da cidadania e que se apoia perfeitamente na visão de Marshall (1967). Segundo o autor, “a cidadania é um status concebido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (1967, p.76). O modelo ainda adapta-se na estrutura social na qual estamos inseridos atualmente. Para ser um indivíduo com o status da cidadania reconhecido é necessário ter merecimento, ser aceito e concebido pela sociedade.

Para Cirino e Tuzzo (2016) o cidadão pleno, completo, é aquele que tem acesso aos direitos, cumpre os deveres, têm poder de consumo e um desempenho plausível no meio social. Essa interpretação, leva em consideração o fato de a sociedade atual ser marcada pela busca incessante do consumo. Além disso, demonstra que o status cidadania é concebido através da lógica capitalista. É considerado cidadão aquele que possui maior poder econômico. Com tudo isso, Souza (2003) destaca que o indivíduo que não possui o reconhecimento social e político passa a compor o grupo dos subcidadãos, ou seja, o grupo dos não-pertences, anulados, reconhecidos da “rale”.

4 - A mulher negra: história, territorialidade e corporeidade

De acordo com Giacomini (1988) a sociedade escravista possuía estruturas rígidas, onde cada indivíduo ocupava lugar determinado. A diferenciação social era estabelecida pela condição do indivíduo, no entanto, é preciso reiterar que a cor da pele era um fator de suma importância para a definição dessa hierarquia. Brancos eram colocados de um lado, superior e valorizado; negros e indígenas de outro, inferior e sem valor. É neste contexto que estavam inseridas as mulheres negras escravas, que ocupavam um nível social insignificante, tanto por serem mulheres, como por serem negras e, também escravas. Este grupo, portanto, reunia todos os elementos favoráveis a exploração dentro de uma sociedade opressora, preconceituosa e sexista.

Destarte, a história da mulher negra brasileira ficou marcada por traços perversos do período escravagista. Ao longo da história, as relações de convívio tornaram-se ainda mais emblemáticas em face da descaracterização do negro na sociedade. Seu pertencimento no âmbito social é negado de formas variadas, sobretudo, pela camuflagem

de sua real posição social pela pseudodemocracia racial. Spivak (2014), afirma que ainda na sociedade atual, a mulher é oprimida duplamente, pela violência epistêmica do imperialismo e pela dominação masculina conservada pela construção do gênero. A mulher negra convive com o preconceito, o racismo, o branqueamento e ainda o machismo dos homens e até de mulheres, sem nenhum nível de reconhecimento social, econômico ou político. Além disso, a opressão contra este grupo ultrapassa esses níveis, manifestando-se em sua própria corporeidade.

Para Nogueira (1999) o corpo da mulher negra foi destituído de sua condição humana, coisificado, desejado e visto por seus senhores como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente, funcionando como máquinas reprodutoras. Neste sentido, podemos observar que a imagem da mulher ‘mulata’ provocante, exótica, pecaminosa, nascida para atender o desejo masculino, é um exemplo de objetivação, que tem origem no período histórico brasileiro.

Esta objetivação e sexualização da mulher negra enquanto fenômenos que residem no universo da consciência e que são colocadas na prática, no convívio entre os indivíduos, ainda perduram no meio social, e por fim, tornam-se ainda amplamente disseminadas pelos meios de comunicação, como mostra Corrêa:

[...] através do rádio, do teatro rebolado e da televisão, a mulata, assim construída como um objeto de desejo, tornou-se um símbolo nacional. Em sua última encarnação, na vinheta globeleza, na qual a tecnologia utilizada para representá-la é pelo menos tão importante como sua corporificação de todos aqueles atributos mais antigos, temos uma espécie de mulata estilizada, abstrata, ou imaginária, que resume ou sintetiza todas as suas antepassadas. (CORRÊA, 1996, p. 39 e 40)

Estas afirmações corroboram com os estudos de Nogueira (1999), pois a autora afirma que a imagem da mulher negra brasileira, se vê aprisionada nos lugares da sambista, da mulata, da doméstica, herança do passado histórico. Ocupando, até hoje, os cargos de empregadas domésticas e babás. Quando não estão sambando despidas no carnaval, a jovem negra está em casa, à espera do corpo se desenvolver, após a puberdade, para ter o corpo escultural da mulata que é sexualizado, e assim ser aceita pela sociedade.

Com isto, verifica-se que de forma simbólica, a sociedade ainda detém a posse privada da mulher negra e a destitui de seus direitos, retirando-lhe as possibilidades de autonomia, liberdade e cidadania.

5 - Branqueamento como forma de opressão e mutilação

A representação social do negro e da mulher negra no Brasil é marcada pela ideologia do branqueamento que foi defendida por estudiosos, como o sociólogo Paulo Freyre, presente nas artes, inclusive na imprensa, devido à grande população negra no país após a abolição da escravidão em 1888. Piza (2000) explica que o branqueamento é um conjunto de normas e atitudes associado aos “brancos”, que a pessoa negra, e/ou seu grupo mais próximo, adotam ou incorporam, a fim de assemelhar-se ao modelo branco e assim construir uma identidade racial positiva. Ou seja, no processo de branqueamento se acredita que o cruzamento com o branco europeu purifica a etnia do país, dotando estes descendentes das mais puras qualidades genéticas europeias, explica Seyferth (2002).

Nogueira (1999) entende que o corpo é um signo que está investido de crenças e sentimentos e valores. O branqueamento age justamente na descaracterização de toda essa identidade e expressão da mulher negra, minando sua individualidade e historicidade corporal. Para Gonzalez (1984) é nesse momento que a ideologia do branqueamento se mostra eficaz, pois transforma a mulher negra em mulata, que se transfigura na “cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (1984, p.228). Isso significa que ao ser branqueada, ‘transfigurada’ em mulata, a mulher é aceita pela sociedade, momento esse que deixa evidente o mito da democracia racial, responsável pelo falseamento da ideologia do branqueamento, caracterizado como um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação, resultante de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas, segundo Sousa (1983).

De acordo com Jesus (2012), o processo de branqueamento é uma forma também de realizar a integração social, assim os negros são impedidos de formar uma identidade positiva, baseado no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos. Com o branqueamento o corpo da mulher negra sofre transformações: a pele é clareada, o cabelo ganha tons de louro advindo do branco europeu, chegam a ser alisados quimicamente, antes a ferro e hoje com as modernas chapinhas e, por fim, o abuso de intervenções cirúrgicas que mutilam narizes, afinam os rostos e ainda agregam silicones aos seios e nádegas.

Segundo Lima e Vala (2014) a mulher negra então é infra-humanizada, “resultado da negação a membros de outros grupos (“exogrupos”) de determinadas características tipicamente humanos, características que compõem a essência humana” (2004, p. 13). Assim, o branqueamento marca o corpo da mulher negra, demonstrando que o passado colonial, de sociedade estamental e patriarcal do Brasil ainda estão presentes na sociedade. De acordo com Bento (2002), o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficiam, concreta ou simbolicamente.

Silva (2007) ainda identifica que o branco nega o branqueamento, pois considera que este é um problema apenas do negro. O branco não quer assumir a sua responsabilidade com a situação do negro e assim participar da promoção de ações responsáveis e políticas de ação afirmativas, para que os direitos e oportunidades prevaleçam independentes das diferenças fenotípicas. O branqueamento é considerado como “racismo do negro”. “É o próprio negro que faz o racismo” diz o senso comum (SILVA, 2007, p. 98).

6 – Metodologia

A metodologia desta pesquisa é composta por pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa firmada em uma Análise de Discurso Crítica, a partir de textos e imagens veiculados pelo *Jornal Daqui* na Semana do Dia Internacional da Mulher.

A pesquisa bibliográfica tem base em Flick (2009) que estrutura a pesquisa bibliográfica em quatro eixos, sendo estes compostos pela literatura teórica sobre o tema a ser estudado; leitura de pesquisas empíricas sobre o tema; literatura sobre metodologia da pesquisa; literatura teórica e empírica para a contextualização, comparação e generalização das descobertas.

A pesquisa qualitativa se fundamenta em Minayo (2002), para quem este tipo de estudo “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2002, p. 21 e 22). Flick (2009) complementa esta visão sobre a pesquisa qualitativa ao afirmar que ela é relevante por expressar as manifestações das relações sociais que se alteram na contemporaneidade através da pluralização das esferas da vida pela nova obscuridade,

individualização das vivências e pela dissolução de velhas desigualdades sociais, dentro da uma nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de existência.

A Análise do Discurso Crítica (ADC) se apoia em Fairclough (2016), que entende o discurso como prática social e não como atividade oriunda de variáveis institucionais, na medida em que este discurso permite a ação sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também constitui-se como um modo de representação. O autor propõe o “*modelo tridimensional de análise*” na qual a pesquisa se inicia na compreensão do texto publicado na mídia, que por sua vez é composto pela prática discursiva de um objeto ou assunto e atua na promoção de uma prática social.

Dijk (2015) assevera que a investigação de discurso crítica deve se preocupar em estudar o modo como o abuso de poder e a dominação são representados, reproduzidos e combatidos no contexto social. Além disso, o autor considera que o discurso reside no coração do racismo. Sobre isso diz que:

[...] as ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação, ou seja, através da escrita e da fala. E vice-versa: essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. Esse é essencialmente o modo como o racismo é “aprendido” na sociedade (DIJK, 2015, p. 135).

Segundo Dijk, por meio desse tipo de análise é possível adotar um posicionamento explícito “e, assim, compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social” (2015, p. 113).

7 - A mulher negra no Jornal Daqui

Único jornal de estilo popular em Goiás, o *Jornal Daqui* foi lançado em abril de 2007, apresentando formato tablóide, linguagem compacta e preço acessível (é comercializado por apenas R\$ 1,00), aspectos que se mantêm até o presente momento. O veículo conta com a adesão de diversas classes sociais, sobretudo, o público ‘C’ e ‘D’, principalmente pelo seu investimento em ações promocionais, como a distribuição de brindes, por exemplo. Trata-se do veículo de mídia impressa com maior expressividade e circulação de Goiás. Além disso, o *Jornal Daqui* alcançou a marca de de 5º maior jornal de circulação paga do Brasil em 2015 com cerca de 153.049 exemplares comercializados

diariamente, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Ressalta-se que a publicação é um produto jornalístico do Grupo Jaime Câmara, afiliado da Rede Globo no Estado.

O *corpus* de pesquisa é composto por aquilo que podemos definir como o conteúdo mais importante da capa deste jornal: o quadro “Garota da Capa”, construído a partir da junção de textos carregados de erotização e de fotos de mulheres trajadas com roupas íntimas ou de banho, deixando à mostra seus corpos em poses sensualizadas. Ressalta-se que este conteúdo é publicado diariamente no *Jornal Daqui*.

O recorte constitui-se através da Semana do Dia Internacional da Mulher de 2017. A escolha desta data justifica-se por representar um momento absolutamente significativo para a discussão de pautas sobre a luta das mulheres pelo combate a discriminação e ao preconceito, sobretudo, para a mulher negra, que é vítima de duplo preconceito. Embora este período seja delimitado entre os dias 5 a 11 de março de 2017, o veículo não possui tiragem aos domingos e somente publica uma edição de fim de semana aos sábados. Dessa forma, estendemos os dias de avaliação, que passa a vigorar entre os dias 04 a 12 de março, a fim de conferir maior assertividade na análise do objeto escolhido.

A seguir, passamos a descrever categoricamente toda as publicações do *Jornal Daqui* no quadro “Garota da Capa” publicadas no período de análise:

- Edição veiculada de fim de semana, dias 04 e 05 de março de 2017: o *Jornal Daqui* trás Viviane Araújo como garota da capa, com a seguinte manchete: “Viviane mantém reinado na folia carioca”. A atriz global em questão aparece com os cabelos alisados, pele clara e roupas sensuais;
- Edição veiculada na segunda-feira, 06 de março de 2017: o quadro “Garota da Capa” apresenta Monique Rizzeto com trajes de banho, cabelos lisos e pele clara. A manchete diz: “Monique mostra resultado de dieta e malhação”;
- Edição veiculada na terça-feira, 07 de março de 2017: a imagem estampada na capa é de Bruna Hollinger com o corpo a mostra, parcialmente coberto apenas por uma fita preta e uma luva de boxe. A mulher é branca, possui cabelos alisados e é loira. Na manchete há uma

atribuição à entrevista com a mulher em questão: “Posar nua dá sensação de liberdade”;

- Edição veiculada na quarta-feira, 08 de março: no Dia Internacional da Mulher, a foto Gabi Castrovinci na capa do jornal sugere que ela está tirando a roupa. O short está abaixado, deixando a mostra suas roupas íntimas. A mulher é branca e possui cabelos lisos. A manchete diz “Gabi dá presente especial ao marido”;
- Edição veiculada na quinta-feira, 09 de março de 2017: a atriz Letícia Spiller é a “Garota da Capa” juntamente com a manchete: “Letícia mostra boa forma e ousadia. A atriz global é branca, loira e possui cabelos lisos;
- Edição veiculada na sexta-feira, 10 de março de 2017: neste dia a “Garota da Capa” é Ana Luiza Neves e a manchete diz: “Sósia de Anitta disputa concurso Miss Bumbum”. A mulher é branca e tem cabelos lisos;
- Edição veiculada de fim de semana, dias 11 e 12 de março de 2017: a atriz global Giovanna Ewbank é a “Garota da Capa” com a seguinte manchete: “Giovanna dá dica para manter quente a relação. Sua aparência física constitui-se por cabelos lisos e pele clara.

A partir da análise das edições elencadas, é possível verificar que a linguagem do *Jornal Daqui*, enquanto prática discursiva e social, desconsidera totalmente a mulher negra, visto que este grupo não aparece em nenhuma das edições na Semana do Dia Internacional da Mulher, data absolutamente significativa e propícia à discussão dos complexos problemas gerados pela desigualdade de gênero e raça. Todas as mulheres retratadas no período analisado no quadro “Garota da Capa” possuem características típicas do branco europeu, tais como pele clara, cabelos lisos e traços afinados. Com a exclusão da mulher negra de suas capas, o *Jornal Daqui* impõe a cultura do branqueamento através de sua circulação, alcance e poder midiático.

A ausência da mulher no quadro “Garota da Capa” revela a negação da beleza negra. A partir das análises é possível pressupor que a ocupação deste espaço exige uma aparência física com traços que sejam semelhantes aos das mulheres europeias. Não podemos desconsiderar que mesmo a mulher branca já é descaracterizada e objetificada neste jornal, sendo retratada em poses erotizadas na busca pela audiência. No entanto, apesar dessa objetificação, o discurso do veículo lhe assegura aprovação e valorização

estética e lhe atribui toda a sexualidade. Já a mulher negra nem ao menos é digna de estar neste mesmo espaço, e muito menos de ter sua beleza ou sexualidade reconhecidas como a mulher branca tem.

Tal prática colabora com a manutenção do *status quo*, ao legitimar o preconceito e discriminação a este grupo. A mulher negra já é excluída na sociedade e é também excluída no jornal, sendo que este, deveria ser um espaço de informação e difusão das diversidades em todas as suas vertentes.

8 - Considerações

Entendemos que ser mulher e ser negra no Brasil significa enfrentar um duplo preconceito: o racial e o de gênero. A representação social deste grupo ainda é marcada por quatro séculos de escravidão, pela inferiorização, desvalorização, opressão, preconceito, racismo, machismo e discriminação. O branqueamento abrange a relação negro e branco no Brasil, definindo a estratificação social, a violação de direitos, a segregação e até mesmo retirando a cidadania e impondo a subcidadania à população negra, sobretudo à mulher negra. Este processo desapropria a identidade cultural e existencial dessa fatia da sociedade, pondo em risco a individualidade de cada indivíduo pertencente a este grupo.

A mulher negra perde seus direitos de cidadania e identidade. Configura-se, mesmo após o findar da escravidão, como apenas uma subcidadã. O passado vergonhoso na história do Brasil até hoje se faz presente no cotidiano deste grupo, modelando e afetando toda a sua perspectiva de vida no espaço social. Em verdade, passado e presente se unem em uma trama que incide de forma absolutamente expressiva no hoje e trazem dúvidas quanto ao futuro. Por isso, é preciso discutir os aspectos culturais, ideológicos e simbólicos que construíram e que ainda constroem essas representações sociais, a fim de alertar a sociedade sobre sua existência e, sobretudo, fomentar novas representações que sejam fidedignas à igualdade de direitos e oportunidades.

Hodiernamente, o corpo da mulher negra é a representação fiel de sua exclusão, considerado como um objeto que convém apenas para atender as necessidades sexuais dos homens. Sua pele é clareada, seu cabelo é transfigurado pelo alisamento, seus traços mutilados pelas intervenções cirúrgicas... Seus valores são relegados, sua cultura é inferiorizada, sua identidade é massacrada... O branqueamento e a sua condição de

subcidadania roubam-lhe a sua história, território e corpo. Procuram-se mulheres: de pele clara, cabelos lisos, preferencialmente que sejam loiras, recatadas e do lar.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>> Acesso em: 30 Jun 2017

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25 a 58.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CIRINO, José Antônio Ferreira; TUZZO, Simone Antoniacci. **Cidadania midiática: a pirâmide da desigualdade, do sub ao supracidadão**. In: CIRINO, José Antônio Ferreira e Claudomilson Fernandes Braga (orgs). *Goiânia: PPGCOM/ Gráfica da UFG*, 2016.

CORRÊA, Mariza. **Sobre a Invenção da Mulata**. *Cadernos Pagu* (6-7). Núcleo de Estudos do Gênero-Pagu. Campinas: Unicamp, 1996, p. 35 a 50.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** / Norman Fairclough: Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação & poder.** A presença e o papel dos meios de comunicação de massa: estrangeiros na América Latina. 11ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

JESUS, Camila Moreira de. **Braquitude x Branquidade: uma análise conceitual do ser branco.** Anais do III Encontro Baiano de Estudos Culturais, 2012.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais.** Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **Sucesso Social, Branqueamento e Racismo.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 20 n. 1, Jan-Abr. Brasília: 2004, p. 011 a 019.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 9 a 29.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NOGUEIRA, Isildinha B. **O corpo da mulher negra.** Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise. São Paulo, 1999, p. 40 a 45.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? **Ninguém sabe, ninguém viu.** In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97 a 125.

SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade:** Breve digressão sobre o racismo. In: SEYFERTH, Giralda et al. Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 17 a 44.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude:** conceitos básicos na formação da alteridade. In: NASCIMENTO, A. D.; HRTKOWSKI, T. (Orgs.). Memória e formação de professores. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Editora Graall, 1983.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SPIVAK, Guardo Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TUZZO, Simone Antoniaci. BERNARDES, Priscilla Guerra Guimarães. **Revista Veja - Doxa travestida de episteme:** Quando a opinião se camufla no jornalismo. Trabalho apresentado no SEMIC - IX Seminário de Mídia e Cidadania. UFG - Goiânia, 2015

_____. **Os Sentidos do Impresso.** Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

YOSHIOKA, Ana Paula; CLARET, Eduardo Faria. **O negro no mundo do trabalho:** descontentamentos e luta. Sem Aspas, v. 3, n° 1, 2015.